

R. Limongi França

Hermenêutica Jurídica

12.^a edição

Atualização

ANTONIO DE S. LIMONGI FRANÇA

Prefácio

GISELDA M. F. NOVAES HIRONAKA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00098819

HERMENÊTICA JURÍDICA

12.^a edição

R. LIMONGI FRANÇA

Atualização: ANTONIO DE S. LIMONGI FRANÇA

EDITORA SARAIVA: 1.^a edição: 1984 – 2.^a edição: 1988 – 3.^a edição: 1994 –
4.^a edição: 1995 – 5.^a edição: mar. 1997 – 6.^a edição: set. 1997 – 7.^a edição: 1999

EDITORA RT: 8.^a edição: 2008 – 9.^a edição: 2009 –
10.^a edição: 2010 – 11.^a edição: 2011.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [05-2014]
Universitário Complementar
Fechamento desta edição [06.05.2014]



ISBN 978-85-203-5260-1

SUMÁRIO

Prefácio à 8. ^a edição – GISELDA M. F. NOVAES HIRONAKA	7
Nota do Atualizador à 8. ^a edição – ANTONIO DE S. LIMONGI FRANÇA.....	9
Plano da obra	11

PARTE I

HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

1. NOÇÕES GERAIS DE HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO	19
1.1 Conceito de hermenêutica e interpretação.....	19
1.2 Critérios para a classificação das espécies de interpretação.....	20
1.3 Espécies quanto ao agente	21
1.4 Espécies quanto à natureza	23
1.5 Espécies quanto à extensão.....	25
2. SISTEMAS INTERPRETATIVOS.....	27
2.1 Noção e espécies de sistemas interpretativos	27
2.2 Sistema dogmático.....	27
2.3 Sistema histórico-evolutivo	29
2.4 Sistema da livre pesquisa.....	30
3. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO OU HERMENÊUTICA.....	32
3.1 Espécies de regras	32
3.2 Regras legais	32
3.3 Regras científicas	35
3.3.1 Regras de Justiniano	35
3.3.2 Regras do direito atual.....	36
3.4 Regras da jurisprudência	38
3.5 Regras propostas pelo autor	39

PARTE II

APLICAÇÃO OU INTEGRAÇÃO DO DIREITO

1. NOÇÕES GERAIS DE APLICAÇÃO OU INTEGRAÇÃO	41
1.1 Conceito de aplicação ou integração.....	41

1.2	Fases da aplicação ou integração.....	41
1.3	Sistemas de aplicação ou integração.....	42
2.	MEIO NORMAL DE APLICAÇÃO OU INTEGRAÇÃO	44
2.1	Consideração preliminar	44
2.2	Identificação do meio normal de integração	45
3.	MEIOS ESPECIAIS: A) ANALOGIA	46
3.1	Conceito	46
3.2	Analogia, indução e interpretação extensiva.....	46
3.3	Modalidades	47
3.4	Requisitos.....	47
3.5	Limites.....	48
4.	MEIOS ESPECIAIS: B) EQUIDADE.....	49
4.1	Conceitos de equidade.....	49
4.1.1	Primeira aceção.....	49
4.1.2	Segunda aceção.....	50
4.1.3	Terceira aceção.....	51
4.1.4	Quarta aceção.....	51
4.1.5	Quinta aceção.....	51
4.2	Espécies de equidade	51
4.3	A equidade no direito positivo	53
4.3.1	Textos expressos.....	53
4.3.2	Textos de referência indireta.....	53
4.3.3	Textos gerais.....	54
4.4	Requisitos da equidade	55

PARTE III

APLICAÇÃO DA LEI

1.	CONCEITO E CARACTERES DA LEI.....	57
1.1	Considerações preliminares.....	57
1.2	Conceito de lei.....	58
1.2.1	Conceito interno	58
1.2.2	Conceito externo.....	60

1.3	Caracteres da lei.....	61
1.3.1	A lei como preceito.....	61
1.3.2	Natureza jurídica do preceito legal.....	61
1.3.3	Expressão escrita.....	62
1.3.4	Origem estatal da lei.....	62
1.3.5	Competência do poder legiferante.....	63
1.3.6	Generalidade.....	63
1.3.7	Obrigatoriedade.....	64
2.	ESPÉCIES DE LEI.....	65
2.1	Critérios para a classificação das leis.....	65
2.2	Classificação das leis.....	65
2.2.1	Critério da hierarquia.....	65
2.2.2	Critério da natureza jurídica.....	66
2.2.3	Critério da forma técnica.....	67
2.2.4	Critério do processo de elaboração.....	69
2.2.5	Critério da amplitude do respectivo preceito.....	69
2.2.6	Critério das relações de direito que dominam.....	71
2.2.7	Critério da duração.....	71
2.2.8	Critério da finalidade.....	72
2.2.9	Critério do objeto.....	76
2.2.10	Critério do modo de atuar.....	77
2.2.11	Critério da legalidade.....	77
2.2.12	Critério da justiça.....	78
2.2.13	Critério da forma de expressão do direito.....	79
3.	TERMO INICIAL DA EFICÁCIA DA LEI.....	80
3.1	Considerações preliminares.....	80
3.2	Sistemas referentes à matéria.....	81
3.3	Sistema do direito brasileiro.....	82
3.3.1	Evolução histórica.....	82
3.3.2	Particularidades.....	84
3.3.3	Regras especiais.....	85
4.	TERMO FINAL DA EFICÁCIA DA LEI.....	88
4.1	Noções fundamentais sobre a matéria.....	88

4.1.1	O princípio da continuidade das leis	88
4.1.2	Espécies de revogação das leis	88
4.2	Sistema da revogação das leis	93
4.2.1	Revogação da lei geral pela especial e vice-versa.....	93
4.2.2	Revogação, pela lei nova, das exceções à lei antiga	94
4.2.3	Hierarquia das leis como fundamento da sua revogação .	97
4.2.4	Revogação das leis pelo desuso ou costume contrário	102
4.2.5	Revogação das leis pela cessação da razão de ser	103
4.2.6	Revogação das leis pelos pactos contrários, pela dispensa e pela necessidade	104
4.3	Questões particulares relacionadas com a matéria	105
4.3.1	Não restauração da lei antiga	105
4.3.2	Proibição de revogar	106
4.3.3	A expressão “revogam-se as disposições em contrário” ..	106

PARTE IV

APLICAÇÃO DO COSTUME

1.	CONCEITO DE COSTUME	109
2.	HISTÓRICO DO COSTUME	110
3.	ESPÉCIES E FUNDAMENTO DO COSTUME.....	112
3.1	Espécies de costume	112
3.2	Fundamento. Diversas teorias	113
3.3	Nossa orientação	114
4.	APLICAÇÃO DO COSTUME	116

PARTE V

APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

1.	DO CONCEITO E EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	119
1.1	O conceito de jurisprudência.....	119
1.2	A jurisprudência na antiguidade.....	121
1.3	A jurisprudência no direito anterior	123
2.	DA JURISPRUDÊNCIA NO DIREITO ATUAL.....	126
2.1	Estado geral da questão.....	126

2.2	A jurisprudência como costume judiciário	128
2.2.1	A jurisprudência como espécie de costume	128
2.2.2	Os argumentos contrários de François Géný	129
2.2.3	Refutação a Géný	130
3.	DAS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DA JURISPRUDÊNCIA	134
3.1	Interpretar a lei	134
3.2	Vivificar a lei	135
3.3	Humanizar a lei	135
3.4	Suplementar a lei	137
3.5	Rejuvenescer a lei	137

PARTE VI

APLICAÇÃO DO DIREITO CIENTÍFICO

1.	NOÇÕES PREAMBULARES	139
1.1	Preliminar	139
1.1.1	O direito científico na sistemática das formas de expressão do direito	139
1.1.2	Conceito e terminologia	139
1.2	A tríplice vocação do direito científico	140
2.	BREVE HISTÓRICO	141
2.1	Direito romano	141
2.2	Direito medieval	142
2.3	Direito luso-brasileiro	143
3.	ORIENTAÇÕES FUNDAMENTAIS	146
3.1	Preliminar	146
3.2	Ulpiano e Justiniano	146
3.3	Heineccius	147
3.4	Savigny e Puchta	147
3.5	Windscheid	147
3.6	O <i>freies Recht</i>	148
3.7	Géný	148
4.	POSIÇÃO ATUAL DO DIREITO CIENTÍFICO	149
4.1	Direito dos povos cultos	149

4.2	Direito brasileiro.....	150
4.3	Orientação que propomos	151
4.3.1	Fundamentos legais	151
4.3.2	Fundamentos de fato.....	152
4.3.3	Requisitos para a utilização de direito científico.....	152
	CONCLUSÕES.....	155
	APÊNDICE: FORMAS DE EXPRESSÃO DO DIREITO POSITIVO.....	157
1.	Importância do estudo das chamadas <i>fontes</i> do sistema do direito positivo.....	157
2.	Importância do estudo da técnica de interpretação e de integração do sistema do direito positivo	158
3.	A doutrina das fontes, segundo a escola histórica. Savigny e Puchta ...	159
4.	Estudos contemporâneos especialmente realizados sobre a matéria ...	161
5.	Obra de Gény.....	162
6.	A contribuição dos publicistas	163
7.	Brèthe de la Gressaye e Laborde-Lacoste.....	164
8.	Impropriedade da expressão <i>fonte</i> para designar os modos de expressão do direito	165
9.	A ideia de fonte formal.....	165
10.	Ahrens e Fernandes Elias	166
11.	Necessidade da distinção entre <i>fonte</i> e <i>forma</i> do direito.....	167
12.	Classificação das formas de expressão do direito positivo	168
13.	Fontes históricas.....	169
14.	Fontes genéticas	170
15.	Fontes instrumentais	172
16.	Fontes formais (impropriamente chamadas) ou formas de expressão do direito positivo. Classificação segundo o critério da natureza da coercitividade	173
17.	Outros critérios.....	178
	BIBLIOGRAFIA	179
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	185